



Felgueiras: 500 anos de Concelho

(dados e perspetivas)

Pedro Vilas Boas Tavares
(COORDENAÇÃO)

Título:
Felgueiras:
500 anos de Concelho (Dados e perspetivas)

Coordenação:
Pedro Vilas Boas Tavares

Autores:
Ângelo Alves
Jorge Fernandes Alves
Maria Marta Lobo de Araújo
Maria Leonor Botelho
Maria Cristina Cunha
Amélia Ricon Ferraz
Helena Osswald
Elsa Pacheco
José Augusto de Sottomayor-Pizarro
Lúcia Rosas
Zulmira C. Santos
Maria João Oliveira e Silva
Laura Soares
Pedro Vilas Boas Tavares

Imagens (onde não indicado na respetiva legenda):

páginas 10, 11, 12-13, 21, 22, 39, 45, 61, 75 (3 fotos em cima), 86, 87, 91, 95, 99, 105, 120, 136, 138: fotografia de *José Eduardo Cunha*

pág. 27: Fac. Letras Univ. Porto / Oficina do Mapa (cartografia de *Miguel Nogueira*)

imagem de base das guardas: Biblioteca e Arquivo Municipal de Felgueiras

páginas 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 em cima à esq., 56, 57 à esq.: Câmara Municipal de Felgueiras / Rota do Românico

páginas 55 (3 fotografias à direita), 57 à dir. e 59: *Leonor Botelho*

página 96: Commons / wikimedia

páginas 140, 144, 145, 157 e 161: *António Costa*

pág. 75: *Lídia Azevedo*

Edição do Município de Felgueiras
Felgueiras, Abril de 2015

Depósito legal: 394992/15

ISBN: 978-989-8221-11-7

Design gráfico: José Osswald

Impressão: Rainho & Neves, Lda.

500 exemplares

Composto em caracteres Sabon

Felgueiras: 500 anos de Concelho (dados e perspetivas)

Pedro Vilas Boas Tavares

(COORDENAÇÃO)

Í N D I C E

- 6... Prefácio
Inácio Ribeiro
Presidente da Câmara
Municipal de
Felgueiras
- 8... Notas de Abertura
- 14... Introdução
Pedro Vilas Boas Tavares
- 22... Inquirições na Terra de Felgueiras (sécs. XIII-XIV).
Espaço e Senhores
José Augusto de Sottomayor-Pizarro
- 39... Organização eclesiástica da Terra de Felgueiras
Maria João Oliveira e Silva
- 47... O românico na Terra de Felgueiras
Lúcia Rosas; Maria Leonor Botelho
- 62... Forais de Felgueiras e de Unhão
Maria Cristina Cunha; Pedro Vilas Boas Tavares
- 76... Família, casa e senhorio na época moderna:
perspetivas do concelho de Felgueiras
Helena Osswald
- 94... Confrarias, crenças e cultos na Terra de Felgueiras
(século XVIII). Contributo para o seu estudo
Maria Marta Lobo de Araújo
- 108... Manuel de Faria e Sousa [1590-1649]:
memória e erudição
Zulmira C. Santos
- 124... Os “brasileiros” de Felgueiras
– emigração e retorno
Jorge Fernandes Alves
- 140... Indústria de Felgueiras: história e configurações
Elsa Pacheco; Jorge Fernandes Alves; Laura Soares
- 164... Leonardo Coimbra: o filósofo e o seu legado
Ângelo Alves
- 176... Médicos e académicos do concelho de Felgueiras
Amélia Ricon Ferraz
- 201... Notas curriculares

CONFRARIAS, CRENÇAS E CULTOS
NA TERRA DE FELGUEIRAS
(SÉCULO XVIII).

CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO

Maria Marta Lobo de Araújo

A análise que efetuamos das confrarias, cultos e crenças dos habitantes de Felgueiras no século XVIII assenta nos textos das Memórias Paroquiais de 1758, documentos muito ricos em alguns aspetos, mas que não privilegiam todos os pontos em observação de forma equilibrada. Se, por exemplo, sobre as culturas, as serras, os montes e os rios a informação produzida é abundante, já no que diz respeito à religiosidade popular é mais contida ou mesmo parca. Existem ainda algumas paróquias que possuem Memórias muito breves onde esta temática não é abordada.

Pese embora esta limitação, a informação disponível possibilitou traçar as linhas gerais das vivências religiosas dos devotos felgueirenses.

Aprofundar estas práticas e dar a conhecer de forma mais circunstanciada as confrarias, os cultos e as crenças só é possível com o estudo dos arquivos das instituições assinaladas e do seu cruzamento com outras fontes, trabalho que deve ser realizado num outro enquadramento.

O nosso estudo assume a limitação da fonte trabalhada e constitui somente um mero contributo para a análise da religiosidade popular no concelho de Felgueiras.

Era nas igrejas, capelas e ermidas que os fiéis encontravam espaço especialmente vocacionado para o culto. A descrição que delas encontramos nas citadas Memórias Paroquiais permite avaliar a sua dimensão, principalmente no caso das igrejas. A maioria delas eram espaços pequenos, estavam dotadas com três altares, todavia as de Airães, Caramos e Unhão possuíam cinco cada uma. Sobre o templo de Caramos é referido que “hé grande com capacidade para acomodar em si muita gente”. Porém, a paróquia não era a mais populosa do concelho, mas encontrava-se entre as que possuíam mais almas. A dimensão deste templo pode ser explicada por ser igreja mo-

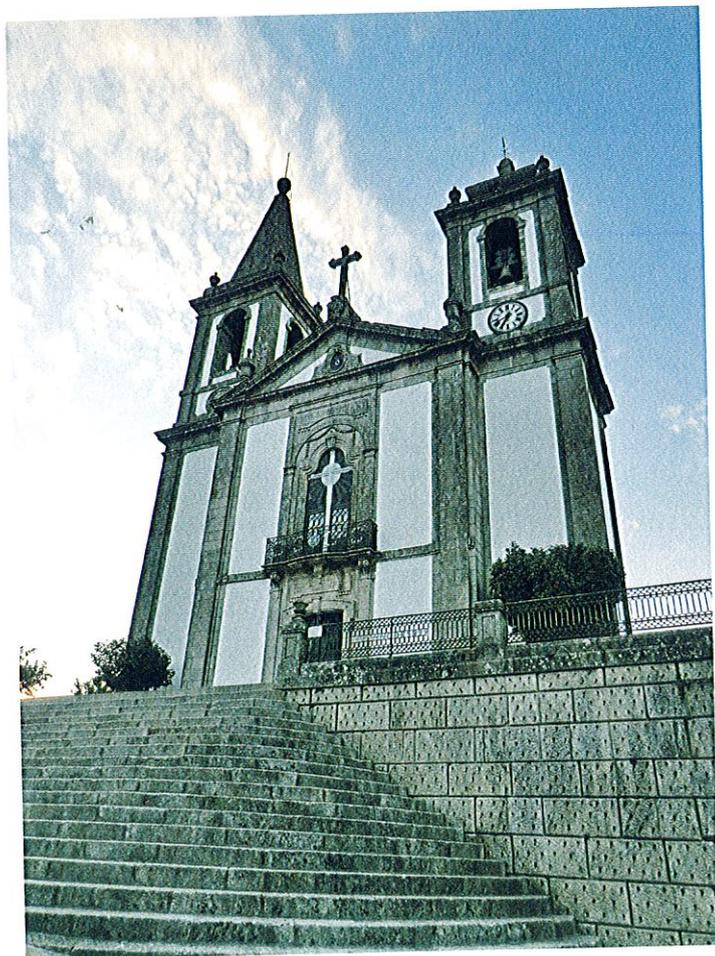


Imagem de Nossa Senhora do Rosário, do altar correspondente da igreja de Unhão.

nal. Já as igrejas de Santão, Vila Cova da Lixa, Vila Fria e Vila Verde estavam dotadas com quatro altares, cada uma.

Os altares dos templos estavam povoados de imagens, a quem os fiéis dedicavam particular veneração e algumas delas eram consideradas milagrosas. O altar mor da freguesia de Rande tinha as imagens de S. Tiago, padroeiro da paróquia, e as de Santa Rosália e de S. Vicente de Paulo, embora estas duas últimas estivessem “de passage, enquanto hua doente que lá os pôs enquanto quizer as não [tirar]”¹. A colocação de imagens particulares nos altares das igrejas não era vulgar, mas podia acontecer, assim como algumas imagens podiam sair para circular por casas particulares que tinham especial devoção por essa invocação. Aguardava-se que a presença dessa imagem ajudasse numa ocasião particularmente difícil, como era a doença

1. Consulte-se Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borrallheiro, Rogério (coord.), *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, FCT, 2009, p. 241.



Santuário do Bom Jesus de Barrosas.

ou a proximidade da morte. Estas eram imagens com fama de milagrosas e especialmente protetoras de certas situações.

Importa ainda referir a existência dos mosteiros de Caramos, da ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, e o de Pombeiro, da ordem de S. Bento, enquanto centros religiosos relevantes.

Para além das igrejas, contabilizaram-se 56 capelas e ermidas, número que não corresponde à realidade, por desconhecermos as existentes nas paróquias em que as *Memórias* têm muita pouca informação e nada é referido sobre este assunto.

Através da avaliação destes espaços é possível constatar-se a diversidade existente: “boa e grande e bem edificada” estava a capela de Santo António de Lisboa, da freguesia de Caramos, e “na grandeza é igual à igreja paroquial e tem torre”, assim foi apresentada a capela do Bom Jesus de Barrosas, da paróquia de Idães, ou mesmo a capela de Santo André, da freguesia de Friande, descrita como “muito formidável e nobre, feita ao moderno”. A contrastar encontrava-se a ermida de S. Roque da freguesia de Refontoura, que “ameaçava ruína”. A situação em que cada templo se encontrava estava associada ao seu padroado e ao investimento que neles era realizado. Para além do seu estado, é possível conhecer a quem estavam ligadas, pois existiam capelas e ermidas particulares, as que pertenciam ao “povo”, e por ele eram financiadas com as suas esmolas, as que estavam associadas a mosteiros e, por fim, a do Espírito Santo, da freguesia de Lordelo, que se mantinha ligada ao arcebispo de Braga.

A capela da freguesia de Vizela tinha a particularidade de possuir um legado para celebrar 52 missas anualmente e um ofício com cinco padres no dia de S. Nicolau, pela alma do instituidor. Todavia, não era a única com este tipo de obrigações; também na capela de S. Sebastião, de Vila Cova da Lixa, se celebravam missas, cumprindo dois legados.

Para além das capelas e ermidas referidas, em Caramos existiam mais “sete ermidas destruídas por todas ellas os septe passos de Christo Nosso Salvador com imagens perfeitas e devotas” e, em Friande havia também “varias capelas e passos, muito bem feitas e adornadas com imagens do Senhor”². Esta

2. Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério (coord.), *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, pp. 231, 233.

presença é bem demonstrativa da veneração que se fazia à Paixão de Cristo.

Foi, por conseguinte, nestes espaços de culto que os devotos do concelho de Felgueiras erigiram confrarias, expressaram as suas crenças e promoveram os seus cultos.

A expressão da religiosidade popular expressou-se na Idade Moderna em variados formatos, constituindo-se as confrarias como interlocutores privilegiados dos fiéis com o divino.

Surgido na Idade Média, o movimento confraternal foi renovado na Época Moderna, quando estas instituições se encontravam em crise e necessitavam de profunda alteração.

A partir do concílio de Trento, o movimento confraternal conheceu uma grande expansão, constituindo-se um dos mais importantes pilares da Igreja Católica³. Esta dinâmica alargou-se ao universo de fiéis, estendendo-se na cidade e no campo, sendo poucas as paróquias que não implantaram estas associações.

O impulso dado ao movimento confraternal na Europa Moderna esteve ligado aos membros do clero, mas também a muitos devotos que se congregaram, dando corpo a um movimento apoiado pela Igreja, mas onde os leigos desempenharam um papel de grande relevo.

Ingressar numa destas associações significava em primeiro lugar ser assistido na morte. A preocupação com a salvação da alma constituía um motivo muito ponderoso, mas a ajuda material, em caso de necessidade, era também um fator importante⁴.

Essencialmente viradas para o culto, as confrarias modernas perderam grande parte da sua vocação caritativa e ganharam espaço no campo da promoção do devocionário popular⁵. Estas instituições cumpriam outras funções não menos relevantes, como, por exemplo, a construção e reforço de identidades, reforço dos processos de integração e coesão social, ao mesmo tempo que criaram oportunidades de sociabilidade, onde as festas, as peregrinações, as romarias e os clamores assumiram um grande significado⁶. Simultaneamente, formaram círculos de poder local, criando espaço para outros grupos sociais se afirmarem e desenvolverem solidariedades, sobretudo entre os seus membros⁷.

Todavia, o seu maior desempenho situou-se no campo religioso, contribuindo em larga escala para um maior dinamismo da vida religiosa das populações locais.

Nas *Memórias Paroquiais* de 1758 de Felgueiras, o desempenho das confrarias é visível principalmente enquanto promotoras de culto, ganhando realce particular as festas em torno do santo padroeiro que promoviam. A comemoração do orago

3. Confira-se Rodrigues, Maria Manuela, “Confrarias da cidade do Porto. Espaços de enquadramento espiritual e pólos difusores da mensagem da igreja”, in *Actas do Congresso Internacional da História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. I, Braga, Universidade Católica Portuguesa; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Evangelização e Culturas, 1993, p. 410.

4. A propósito destes aspetos veja-se o trabalho de Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, pp. 62-63, dis. de doutoramento policopiada.

5. Sobre este assunto consulte-se o recente trabalho de Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.

6. Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas da Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2^a série, 7, 1995, p. 15. Consulte-se também Araújo, Ana Cristina, “Corpos sociais, ritos e serviços religiosos numa comunidade rural. As confrarias de Gouveia na Época Moderna”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXV, 2001-2002, pp. 274-275.

7. A análise destas funções encontra-se em Capela, José Viriato, “Confrarias”, in *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, FCT, ICS, 2003, p. 594.

coincidia normalmente com a eleição dos corpos gerentes e celebrava-se com uma festa.

A densidade confraternal do concelho de Felgueiras em meados do século XVIII era relativamente baixa quando comparada com outros concelhos vizinhos. As 32 paróquias que o integravam em 1758 possuíam 40 confrarias identificadas, pois o relator da freguesia de Varziela respondeu apenas a existência de “varias irmandades”, na sua igreja paroquial, não as identificando e o pároco de Revinhade mencionou que “Irmandade nenhuma somente alguma confraria por devoção”. Assim, se retirarmos estas duas freguesias, por impossibilidade de contabilizarmos as instituições existentes, constatamos que havia em média 1,3 confrarias por paróquia, o que se nos afigura uma média relativamente baixa se tivermos em conta que o concelho de Lousada apresentava na mesma altura 40 destas instituições em 26 freguesias, ou seja, uma média de 1,5 confraria por paróquia. Se a diferença não era muita relativamente a Lousada, se pensamos que no concelho de Ponte de Lima na mesma data existiam 2,4 confrarias por paróquia, percebemos que em Felgueiras o movimento confraternal era mais débil⁸.

Os resultados apresentados para Felgueiras podem ainda encontrar justificação nas *Memórias* breves onde muito pouco se refere para as paróquias de Margaride, Moure, Pedreira, Penacova, Pinheiro e Pombeiro de Ribavizela e ainda no facto das freguesias de Lagares, Regilde, Torrados e Várzea não terem nenhuma destas associações e dos párocos de Refontoura e de Vila Fria nada mencionarem sobre este assunto, o que pode também ser entendido como não existindo estas associações nos locais referidos.

As freguesias que registaram um maior índice destas instituições foram Caramos com 9, Varziela e Rande com 5 cada e Vila Cova da Lixa com 4. Todas as restantes, onde se registaram, apresentam números inferiores.

Ao contrário de outros relatores, os párocos do concelho de Felgueiras não deixaram muita informação sobre as práticas religiosas dos seus fregueses, fazendo apenas uma memória sucinta das suas realizações e do envolvimento dos fiéis. Esta circunstância, limita-nos a análise, embora seja possível uma aproximação ao fenómeno e apreender os seus principais traços, como já referimos.

As devoções organizavam-se em diferentes tempos, corporizando um calendário litúrgico que se desenrolava ao longo do ano e materializando uma relação afetiva que se mantinha com os santos, originando romarias, clamores, peregrinações e festas⁹.

Estas devoções expressavam-se no imaginário que repou-

8. A propósito da média de confrarias por freguesia no concelho de Ponte de Lima confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Confrarias”, in Capela, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, 2005, p. 576.

9. Confira-se Lima, José da Silva, “Religiosidade popular”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 111.



Capela de Nossa Senhora de Pedra Maria.

sava nos altares das igrejas e das capelas, mas também se intensificavam nas confrarias.

Muitas irmandades estudadas encontravam-se em dificuldade financeira, fazendo adivinhar o percurso trilhado ao longo da segunda metade do século XVIII. Quase todas eram suportadas pelos seus membros, denunciando outra falta de rendimentos que não fossem as quotas de entrada, os anuais e as esmolas dos irmãos. Como os párocos frequentemente referiram, eram sustentadas pelos seus membros, não conseguindo efetuar grandes programas festivos.

Estas instituições encontravam-se maioritariamente ancoradas nas igrejas paroquiais, porém, a ermida de S. Roque, de Vila Cova da Lixa, possuía a confraria de Nossa Senhora do Desterro, e a capela de Nossa Senhora da Pedra Maria, da freguesia de Varziela, tinha erectas as confrarias do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Guia. Esta última possuía muitos irmãos, residentes na freguesia, mas acolhia também pessoas que lhe eram exteriores, facto conhecido para outras confrarias sediadas em espaços rurais. Eram normalmente instituições com projeção que conseguiam atrair fiéis de outras freguesias, demonstrando forte capacidade de concorrer com outras congéneres.

A capacidade de atrair confrades estava associada ao culto invocado, ao dinamismo da própria instituição, aos benefícios espirituais e até materiais oferecidos aos irmãos e às cerimónias festivas realizadas. Todos estes aspetos contribuía-

para o fortalecimento da instituição, quer através da receção de legados e esmolas, quer do reforço do seu corpo de irmãos¹⁰.

Por seu lado, o culto com maior representatividade confraternal era o de Nossa Senhora do Rosário, com 10 instituições espalhadas pelo concelho, embora esta invocação estivesse presente em 18 das paróquias que possuem Memória. Este culto era seguido pelo do Santíssimo Sacramento, existente em 5 paróquias e pelo Nome de Deus em 4 e Santo António, presente em 3. Os restantes espalhavam-se por várias paróquias, distribuindo-se pelas invocações do Senhor dos Passos, Subsino, S. Sebastião, S. Frutuoso e Santa Luzia, Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora da Pedra Maria, Santo Nome de Jesus e do Espírito Santo, Menino Deus e Almas do Purgatório.

Os fiéis do concelho de Felgueiras mostravam particular devoção pela oração do rosário, a qual alcançou grande popularidade no pós-Trento, conjuntamente com a do Santíssimo Sacramento e das Almas do Purgatório.

A oração estava presente em todas estas associações, mas as irmandades de Nossa Senhora do Rosário eram particularmente vocacionadas para a reza do terço. Os irmãos juntavam-se para orar em comunidade e eram obrigados a fazê-lo também individualmente¹¹. A oração do rosário não estava confinada aos espaços sagrados; devia ser efetuada no seio das famílias e ao longo do percurso das procissões ou de outras manifestações de culto. Podia ainda ocorrer em monólogo, mas era uma “oração eminentemente comunitária”, que agregava os fiéis à sua volta¹². Não era raro em algumas cidades, os fiéis saírem à rua à noite para em conjunto rezarem o terço. Estas práticas objetivavam a divulgação do rosário e o chamamento coletivo para a oração de forma organizada e rotineira.

Culto maior, o Santíssimo Sacramento serviu de mote para incentivar os fregueses a pertencerem a estas confrarias e a beneficiá-las com as suas esmolas. Esta era uma forma de tornar viáveis estas instituições, ao mesmo tempo que se incrementava a agregação dos fiéis em movimentos coletivos de veneração ao culto.

Presentes em muitas comunidades, embora com distintas expressões em termos paroquiais, as irmandades tornaram-se um instrumento de enquadramento dos leigos na Igreja.

As confrarias do Santíssimo Sacramento objetivavam a devoção da Eucaristia, principalmente através de ações como a exposição e veneração da Sagrada Custódia. Muito associadas a assembleias de crentes, estas ocasiões significavam igualmente a oportunidade de dar origem a outras práticas religiosas, de que se destacam as procissões, os responsos e as missas¹³.

O culto da comunhão foi desenvolvido com a Reforma

Católica e está largamente associada às confrarias do Santíssimo Sacramento¹⁴. O banquete espiritual encontrava-se disponível para todos, mas para se lhe aceder era necessário reunir condições, como, por exemplo, fazer previamente a confissão.

A ereção de confrarias do Santíssimo Sacramento supõe a existência do sacrário na igreja, realidade que nem todas as paróquias da época conheciam. Possuir sacrário significava despesas que nem todas as igrejas podiam suportar¹⁵. Tratou-se, por conseguinte, de um movimento que se foi desenvolvendo ao longo da Idade Moderna, à medida que as igrejas reuniam condições para o instalar.

As confrarias das Almas tornaram-se também muito populares ao longo da Idade Moderna. Estas eram instituições especialmente vocacionadas para a salvação de todas as almas e para o culto dos mortos. Ajudar a bem morrer era uma das suas funções. Preocupavam-se em acompanhar os seus membros na hora da morte, proporcionando-lhes momentos de “arrependimento” e aceitação deste momento fatal¹⁶. Os homens da Idade Moderna inscreviam-se nestas associações com o objetivo de conseguirem mais esforços na “família invisível” a que pertenciam e, desta forma, mais facilmente alcançarem a graça salvífica.

A preparação da morte e a prestação de serviços aos mortos, desde logo a mortalha para o corpo, missa de corpo presente e acompanhamento fúnebre eram aspetos garantidos por estas instituições. A força da morte estava tão presente que em algumas destas confrarias havia defuntos inscritos como membros, avivando a imploração pelas suas almas e fazendo recair nelas mais sufrágios.

Os crentes agremiados procuravam congregar esforços para, através das suas súplicas, tirar as almas do sofrimento do Purgatório. Considerado um lugar de passagem, de onde as almas podiam ser remidas, era possível resgatá-las através de súplicas, ofícios divinos e do exercício da caridade. A Igreja Católica assumiu um lugar importante de intermediária entre os vivos e os mortos enquanto as confrarias, sobretudo as das Almas se transformaram em patrocinadoras de benefícios espirituais que almejavam resgatar as almas do fogo do Purgatório. Movidos por sentimentos de compaixão para com as almas sofredoras, os fiéis organizaram-se em instituições especialmente vocacionadas para sufragar as almas¹⁷.

Apesar de no concelho de Felgueiras, com base nas informações disponíveis, só aparecer explicitamente mencionada uma confraria das Almas, na freguesia de Caramos, não significa que a morte e a salvação das almas não constituísse uma preocupação para todos os homens. Como é sabido, em todas as irmandades se promovia a assistência espiritual aos irmãos,

10. Algumas confrarias que possuíam capelas concorriam com as igrejas paroquiais relativamente à devoção dos fiéis. Leia-se Froeschlé-Chopard, Marie Hélène, *La religion populaire en Provence orientale aux XVIII siècle*, Paris, Éditions Beauchesne, 1980, pp. 158-164.

11. Consulte-se Froeschle-Chopard, Marie-Hélène, “La devotion du rosaire a travers quelques livres de pieté”, in *Histoire, Economie, Societé*, vol. 10, n° 3, 1991, pp. 311-324.

12. Para uma análise mais aprofundada sobre a oração do rosário consulte-se Marques, João Francisco, “Rituais e manifestações de culto”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 581-582.

13. Lebrun, François, “As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual”, in Ariès, Philippe; Duby, George (Dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, Porto, Ed. Afrontamento, 1990, pp. 89-98.

14. Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780)*, Vila Verde, ATAHCA, 2001, p. 25.

15. Sobre o movimento de instalação de sacrários na diocese de Braga durante a Idade Moderna veja-se Soares, Franquelim Neiva, *A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, Braga, Governo Civil de Braga; Centro de Ciências Históricas e Sociais, 1997, pp. 463-467.

16. Mantecón Movellán, Tomás António, *Contra-reforma y Religiosidad Popular en Cantabria*, Santander, Universidad de Cantabria, Asamblea Regional de Cantabria, 1990, pp. 88-90.

17. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Rezar e cantar pelos vivos e pelos mortos: as confrarias das Almas do Pico de Regalados no século XVIII”, in *Boletim Cultural*, n° 1, Câmara Municipal de Vila Verde, 2005, p. 225.

facto que pode ajudar a compreender o tão baixo número de associações dedicadas às Almas do Purgatório. Por outro lado, em Portugal promoveu-se com alguma frequência a associação da devoção de um santo às Almas. Santo António, por exemplo, era culto muito venerado em Felgueiras e a este santo eram atribuídos poderes para resgatar almas do Purgatório¹⁸. A preocupação com a salvação da alma está ainda patente na adoração que se fazia à imagem de Nossa Senhora da Boa Morte da igreja de Caramos. Apesar de nas *Memórias Paroquiais* se referir apenas a irmandade das Almas, da paróquia de Caramos, em Aião existia um altar que invocava as Almas, sugerindo a existência de uma confraria que à data já estaria extinta. Nesse altar era celebrada uma missa mensal pelas almas do Purgatório.

As confrarias eram responsáveis por um culto organizado e preparado para honrar uma certa invocação. Enquadrados em instituições de leigos, os fiéis de Felgueiras davam corpo ao movimento confraternal, espalhado pelas várias igrejas e capelas ou ermidas.

Deve ainda referir-se que o facto das confrarias do Nome de Deus e S. Sebastião, respetivamente das freguesias de Borba de Gondim e Varziela, e a de S. Frutuoso e Santa Luzia, da mesma paróquia de Varziela, surgirem com duas invocações sugere um processo de fusão muito corrente neste período, quando sobretudo estas instituições se viram com poucos recursos e também com um número reduzido de irmãos. Este processo de fusão ou mesmo de extinção ocorreu em muitas destas associações, principalmente na segunda metade de setecentos e na centúria seguinte, decorrendo da redução de legados, das leis pombalinas, da falta de receitas, da diminuição de membros, entre outros aspetos.

As informações produzidas nas *Memórias Paroquiais* de 1758 são ainda importantes para se perceber o estado financeiro em que algumas destas associações se encontravam. Sobre a confraria do Santíssimo Sacramento de Sendim, o abade João Manuel de Vaz Castro e Sousa Teixeira mencionou que “esta pobre” e acerca da de Nossa Senhora do Rosário referiu que “também não está rica”¹⁹. Mas sobre as confrarias do Senhor dos Passos da paróquia de Caramos e da de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Unhão foi mencionado pelos respetivos relatores serem grandes instituições, isto é, associações vigorosas e a atravessar um bom momento.

As informações das *Memórias Paroquiais* parecem sugerir a existência de uma correlação entre o número de habitantes e o volume de confrarias por paróquia. As mais populosas eram a de Jugeiros, Caramos, Pombeiro de Ribavizela, Sendim e Varziela, encontrando-se nesta última freguesia e em Caramos o maior número destas associações²⁰.

Na cadeia das invocações, Nossa Senhora assume um lugar privilegiado enquanto mãe de Jesus e simultaneamente mãe dos homens. Por sua vez, ela é no imaginário popular o ideal de mulher, o exemplo a seguir por todas as mulheres. Estabelecia-se assim uma relação de grande proximidade com todos os santos, mas particularmente com a Virgem Maria a quem se recorria nas horas de aflição, mas também a quem se agradecia as graças recebidas.

A piedade mariana expressava-se ainda na hora da morte, quando se registavam as últimas vontades. Entregava-se-lhe a alma, para que intercedesse junto de Deus e como mãe de Misericórdia contribuísse para o perdão dos pecados²¹.

A forte presença do culto mariano encontra-se já comprovada para este período em todo o norte do país²². O crescimento fez-se um pouco à custa da diminuição do papel ocupado pelos santos padroeiros, tendo a Virgem Maria alargado a sua “funcionalidade”, desdobrando-se em muitas invocações. Ganhou ainda visibilidade nas imagens, nos altares, nas associações e nas cerimónias religiosas²³.

A devoção a outros santos estava muito patente não apenas nas imagens que se encontravam nos altares das igrejas e das capelas ou ermidas, como acontecia com os santos já mencionados, devocionário que recolhia muitos crentes e se expressava nas manifestações de religiosidade popular que decorriam ao longo do ano.

Várias dessas imagens, pelo significado que tinham para os crentes, agregavam os fiéis à sua volta muitas vezes no decorrer do ano, ou pelo menos no dia da festa²⁴. Estas práticas atestam a necessidade do homem estabelecer uma ligação próxima à santidade, a qual era simultaneamente afetiva e se misturava com o sagrado.

Em algumas ocasiões, os párocos referem as peregrinações e romagens que os fiéis faziam aos locais de culto e aos seus santos²⁵. Vindos das freguesias vizinhas, as romagens juntavam sempre muitos populares para venerarem os santos da sua devoção.

As confrarias ou as próprias paróquias organizavam vários destes momentos ao longo do ano onde os fiéis participavam através de romarias, procissões ou em clamores.

Em Felgueiras, algumas freguesias conheceram na segunda metade de setecentos romarias onde acorria muita gente das paróquias vizinhas. Aconteciam quando se festejava o santo padroeiro ou outros santos de grande devoção. Aião comemorava no dia de S. João o seu padroeiro com uma festa muito participada por fiéis, que vindos das aldeias vizinhas queriam abeirar-se de uma cabeça benzida que o pároco dava a beijar a todos os presentes. Estar perto e tocar no sagrado através de re-

18. Consulte-se a propósito Rodrigues, Ondina Maria de Jesus, *As alminhas em Portugal e a devoção da memória. Estudo, recuperação e conservação*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, pp. 68-69, dis. de Mestrado policopiada.

19. Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério (coord.), *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 249.

20. Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério (coord.), *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758...*, pp. 852-853.

21. Marques, João Francisco, “Orações e devoções”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 627.

22. Veja-se Capela, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758...*, pp. 733-757; Capela, José Viriato (coord.), *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património...*, pp. 867-870; Capela, José Viriato; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique, *As freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, FCT, ICS, 2006, pp. 663-670; Capela, José Viriato; Borralheiro, Rogério; Matos, Henrique; Prada, Carlos, *As freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, ICS, 2007, pp. 835-843.

23. Leia-se a propósito Almeida, Carlos Ferreira de, “O culto a Nossa Senhora, no Porto, na época moderna”, in *Revista de História*, 2, 1979, p. 15.

24. Consulte-se Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa; Monteiro, Isilda Maria Braga da Costa, *Lousada. Percursos de Memória*, Paredes, Câmara Municipal de Lousada, 2008, pp. 71-75.

25. Leia-se Mesquita, António, “Os romeiros do Vale do Neiva”, in *Barcelos. Revista*, 2ª série, nº 1, 1990, pp. 231-245.

líquias era fator que levava à deslocação dos fiéis, por se sentirem mais protegidos.

Era também no dia da festa de Santa Luzia que muitos crentes acorriam à freguesia de Revinhade para venerarem a imagem. Muitos fiéis confessados e comungados deslocavam-se igualmente à capela de Nossa Senhora da Conceição, na freguesia de Vila Verde para receberem indulgência plenária no dia de Nossa Senhora, local para onde se dirigiam também os fiéis de S. Pedro Fins do Torno e de Santa Maria Vilar do Torno em romaria, em certos dias do ano. Vinham em grupo, dirigindo-se também para a imagem de Nossa Senhora de Santo Ildefonso, invocação que dava nome a outra capela da freguesia.

As festas eram ritmadas pelo calendário festivo das paróquias e das confrarias. Muitas destas manifestações integravam várias romarias, as quais agregavam grupos de romeiros que se deslocavam às igrejas, capelas e ermidas onde se guardava a imagem que veneravam em particular.

Vivências de um quotidiano marcado por privações, medos e incertezas, estas aproximavam os fiéis dos locais de culto, que, esperançados no atendimento, invocavam as suas necessidades para serem ajudados. Em contrapartida, faziam “promessas a pagar” depois da graça recebida. Eram manifestações populares de grande afeição aos cultos venerados.

Os fiéis acreditavam que o contrato estabelecido com o sagrado exigia o pagamento da promessa para que quando chegasse a hora da sua morte, a alma pudesse partir tranquilamente²⁶.

Os pedidos eram normalmente assuntos privados que se mantinham no foro íntimo de cada um, e não eram revelados senão em momentos especiais.

Este movimento de invocação celestial e de busca de proteção atingia todos os grupos sociais, mas era particularmente sentido no mundo dos camponeses, mais desprotegidos dos bens terrenos e incapazes de fazerem face às adversidades, encontrando-se, por conseguinte, mais necessitados dos favores divinos.

A proteção divina era pedida numa ocasião de doença do próprio ou de familiares, numa época de más colheitas ou quando um animal se encontrava em perigo, quando se presentia a morte ou ainda quando qualquer infortúnio batia à porta e anunciava uma desgraça. Situações em que os homens reconheciam a sua incapacidade de sozinhos vencerem a adversidade²⁷.

Os camponeses abeiravam-se dos santos com grande familiaridade, mantendo com estes uma relação muito próxima, solicitando-lhes “favores, que aos seus olhos se transformavam em milagres”²⁸.

Os crentes que se deslocavam, quase sempre nos dias de festa dos padroeiros, vinham geralmente cantando e rezando pelo caminho, agregando vulgarmente a estes momentos manifestações profanas. Por todo o país, o século XVIII vivenciou estas manifestações religiosas de fé, expressões de culto, tanto ao agrado dos fiéis²⁹.

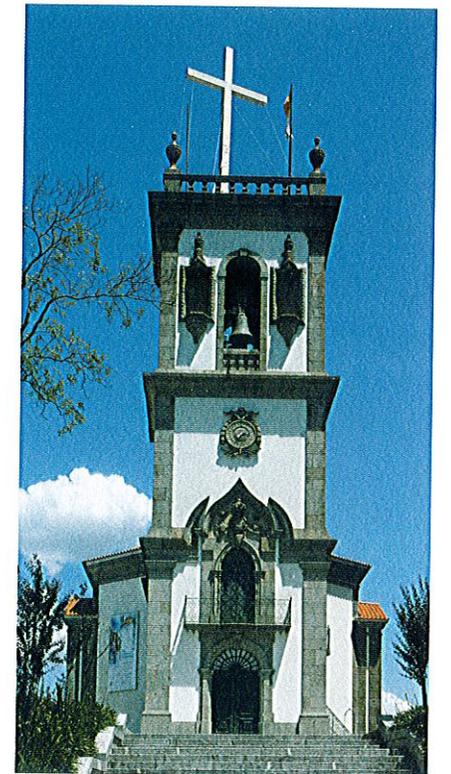
Da análise das *Memórias Paroquiais* percebe-se que a festividade que alcançava maior projeção ocorria na capela de Bom Jesus de Barrosas, de Idães, onde acontecia “hua grande romagem” no domingo em que se comemorava o Espírito Santo³⁰. Quanto mais afamados fossem os milagres, maior era o número de romeiros. Na capela de Santa Quitéria cresceu a veneração a esta santa após o milagre feito a uma mulher que aguardava a morte. A capela tornou-se num lugar de romagem de devotos que em clamores vinham rezar à santa protetora³¹. Todavia, nas restantes igrejas paroquiais, capelas e ermidas realizavam-se também festas e outras manifestações religiosas.

Como já referimos, as ocasiões mais concorridas eram as festas, momentos para serem participados e fruídos pelos devotos. As informações que possuímos destas ocasiões não abundam, mesmo assim sabemos que alguns delas integravam missa cantada, procissão e sermão. A Igreja pós-tridentina conferia grande importância ao sermão, devido ao lugar de destaque que este ocupava em muitas celebrações litúrgicas. O pregador devia ser persuasivo, de modo a conduzir os fiéis ao exercício de práticas e à adoção de comportamentos que contribuíssem para a salvação da sua alma³². A confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de Airões realizava todos os terceiros domingos do mês, uma festa e nos domingos da Quaresma promovia sermões para todos os fiéis que ali se juntavam. Nesta paróquia, existiam outras festas religiosas em honra de Santo António, Nome de Jesus e de Nossa Senhora do Rosário. Em todas elas havia muita gente que, por devoção, se deslocava à igreja e à capela de Santo António.

O tempo da festa constituía uma “ruptura da homogeneidade do tempo vulgar”³³, ocasionando uma descontinuidade num quotidiano marcado pela previsibilidade e rotina.

O calendário das festas era mais intenso nos meses de Verão, altura em que era mais fácil fazer o percurso a pé e existia alguma acalmia nos trabalhos agrícolas. A capela do Bom Jesus de Barrosas realizava a sua romaria, como já referimos, no domingo do Espírito Santo, mas no dia de S. Mateus, Santa Águeda, no primeiro de maio e em quase todos os domingos nos meses de Verão era visitada por muitos fiéis que se abeiravam dos seus santos protetores.

Porém, nem todas as romarias tinham dias certos. Em Regilde e em Unhão existiam romeiros durante todo o ano, na pri-



Santuário de Santa Quitéria.

29. Para as romarias das Beiras veja-se o trabalho de Silva, José Manuel Azevedo e, “As Romarias do Planalto Beirão, desde os inícios do Século XVIII”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13, 2013, pp. 331-334.

30. Sobre esta romaria veja-se Fernandes, M. Antonino, *Felgueiras de ontem e de hoje*, Braga, Câmara Municipal de Felgueiras, 1989, p. 141.

31. A descrição do milagre e crescimento do culto a esta invocação encontra-se em Meireles, António da Assunção, *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, pp. 90-91.

32. Confira-se a propósito Marques, João Francisco, “A palavra e o livro”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 402-407.

33. Veja-se Duque, João, “Teologia da Festa ou Festa da Teologia”, in *Theológica*, II série, vol. XXII, fasc. 2, 1996, p. 232.

26. Para este assunto leia-se Mauss, Marcel, *Sociologie et Anthropologie*, 6ª ed. Paris, PUF, 1978, p. 168.

27. Pinto, José, “Os Santos Esperam Mas Não Perdoam”... *Um estudo sobre a romaria da Peneda*, s. l., Ed. do autor, 2002, p. 123.

28. Veja-se Cabral, João de Pina, “O pagamento do santo. Uma tipologia interpretativa dos ex-votos no contexto socio-cultural do noroeste português”, in *Studium General. Estudos Contemporânea. Religiosidade Popular*, nº 6, 1984, p. 99. Penteado, Pedro, “Peregrinações e Santuários”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 347.

meira freguesia para orarem junto de S. Caetano e na segunda na capela de Nossa Senhora dos Remédios. Vinham em clamores louvando Nossa Senhora. Também em Sendim, sem dia determinado havia romagens às capelas do Senhor de Sergude e de Nossa Senhora da Misericórdia da Arialva, a esta última por especial devoção a Santa Apolónia.

As romarias constituíam também momentos de sociabilidade. Deixar o trabalho, integrar um grupo de amigos e familiares e partir em direção a um lugar de culto, ocasionava momentos de conversa e reforçava os laços de pertença.

Os locais onde decorriam as romarias não são dados a conhecer, todavia sabemos que era em volta do templo que as pessoas se juntavam para descansar e conversar. A preparação da igreja ou da capela, dos altares e dos locais circundantes acontecia nos momentos que antecediam a festividade. Sabendo do concurso de muitos fiéis, os organizadores esmeravam-se para não desmerecer o santo homenageado. Muitas confrarias tinham na festa ao santo padroeiro a principal atividade e a maior despesa anual.

A celebração de missa nos altares onde se encontravam as imagens constituía mais um motivo para as populações se abeirarem dos seus santos. Era, pois, a devoção popular que motivava as festas, as romagens, os clamores, a compra de imagens, de alfaías religiosas, a manutenção do templo e o pagamento ao sacerdote.

Uma outra modalidade era a dos clamores. Em certas épocas do ano, os populares deslocavam-se para fazer adoração a uma invocação, sendo esta expressão de fé corrente em muitas paróquias³⁴. Estas manifestações de súplica podiam ocorrer também no dia da festa do padroeiro e congregavam todos os que num determinado momento imploravam o sobrenatural para os amparar e proteger do que os atormentava³⁵. Às romagens e aos clamores associavam-se as peregrinações e as festas. Os clamores, rituais cumpridos por devoção, existiam nas freguesias de Várzea, Varziela, Vila Verde, Unhão, Friande e Lagares.

Em Varziela, na capela de Nossa Senhora da Pedra Maria, que se encontrava situada sobre uns penedos, realizava-se um triduo aquando das 40 Horas. Acreditava-se que a imagem era muito milagrosa, o que levava os fiéis a abeirarem-se dela de forma “quase continuamente”, para contactarem diretamente com o sagrado³⁶. A exposição do Santíssimo Sacramento entronizado reproduzia o tempo que Cristo esteve depositado no sepulcro e promovia o culto da Eucaristia³⁷.

A presença frequente de peregrinações fazia chegar cada vez mais romeiros ao local de culto, originando feiras em alguns locais, como acontecia na ermida de S. Sebastião da freguesia de

34. Para um melhor conhecimento dos clamores leia-se Soares, Franquelim Neiva, *A Arquidiocese de Braga no século XVII...*, p. 562.

35. Soares, Franquelim Neiva, “Cataclismos, medo e piedade. Votos e clamores na arquidiocese de Braga (1550-1900)”, in *Piedade Popular. Sociabilidades-Representações e Espiritualidade. Actas*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 453-455.

36. Para este assunto veja-se Mesquita, António, “Os romeiros do Vale do Neiva”, in *Barcelos. Revista*, 2ª série, nº 1, 1990, pp. 231-245.

37. Sobre esta matéria consulte-se Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga. A cidade e a festa no século XVIII*, Viseu, NEPS, 2003, p. 332.

Vila Cova da Lixa, pelo menos desde a segunda metade do século XVI. Neste local de culto foi erigida a irmandade de Nossa Senhora do Desterro em 1691³⁸. A presença de muita gente ocasionava sempre momentos de compra e venda. A necessidade de alguns produtos alimentares, ainda que muitos populares se deslocassem com os seus merendeiros, fazia aparecer tendas com comida, mas também com outros produtos. Por sua vez, algumas confrarias e mesmo as igrejas aproveitavam para vender os bens que os devotos ofereciam aos santos, dinamizando a economia local e transformando-o num mercado onde se disponibilizavam alguns produtos para venda³⁹.

A descrição de algumas imagens existentes nas igrejas, capelas ou ermidas está quase sempre associada ao seu caráter milagroso. Destacam-se das demais pela capacidade de realizarem o voto feito, sendo consideradas milagrosas. Num altar lateral da igreja de Vila Cova da Lixa havia uma imagem “perfeitíssima” e “muito milagrosa a qual he de Nossa Senhora com o titulo do Rozario”. Também na capela do Bom Jesus de Barrosas havia uma imagem considerada milagrosa. Essas imagens tornavam-se, em alvo preferencial dos visitantes e ganhavam destaque entre os santos de maior devoção.

Para atrair maior número de devotos a alguns locais de culto, foram disponibilizados jubileus aos participantes. As confrarias do Senhor dos Passos e a de Santo António de Pádua da freguesia de Caramos, a de Nossa Senhora do Rosário de Vila Cova da Lixa e a ermida de S. Sebastião da mesma freguesia tinham jubileus para os devotos e irmãos, facto que reforçava a presença de fiéis. O perdão dos pecados aliciava a deslocação a alguns destes locais mais do que uma vez por ano, pois mais facilmente, assim, se obteria a salvação.

Preocupados com a salvação da alma e confrontados com dificuldades no quotidiano que sozinhos eram incapazes de ultrapassar, os homens da Idade Moderna acreditavam na proteção do divino, fazendo-lhe romarias, preces e orações. A frequência com que acorriam aos locais de culto, a participação nas festas, nas procissões, nos clamores e as promessas feitas aos santos atestam as suas vivências religiosas e a relação de proximidade que estabeleciam com o sagrado.

Estas manifestações de crença serviram no pós-Trento para exteriorizar vivências religiosas, desenvolver cultos e reforçar as ligações dos devotos com o sagrado, ao mesmo tempo que criavam ruturas no quotidiano, proporcionando momentos de repouso e novas sociabilidades. •

38. Fernandes, M. Antonino, *Felgueiras de Ontem e de hoje...*, p. 123.

39. O Santuário de Nossa Senhora de Porto de Ave, do concelho da Póvoa de Lanhoso, era um desses locais. Sobre o mercado que se realizava no dia da festa da padroeira veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Les pèlerinages au Sanctuaire de Notre Dame de Porto de Ave en tant que moteurs de changement”, in *Religione e Istituzioni Religiose Nelle’Economia Europea 1000-1800. Serie II-Atti delle “Settimane di Studi” e altri Convegni* 43, Firenze, Firenze University Press, 2012, pp. 793-804.